

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Ata da 59ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 04/08/2015 – 9h00min

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – AUDITÓRIO II DA EDUCAÇÃO – RIO CLARO - SP

Membros Presentes	
ASSEMAE	Rogério Padula Santamaria (T)
CETESB	Lúcia Vidor Sousa Reis (T)
DAE Jundiaí	José Maurício Balota (T)
DAE Santa Bárbara D'Oeste	Claudioaldo Viana Santos (T)
GVS XX Piracicaba	Luiz Ubirajara de Oliveira Barros (T)
	Adilson Alecci (S)
FT- UNICAMP	Cassiana Maria R. Coneglian (S)
Fund. Mun. de Rio Claro	Kátia Maria S. Cezarino (T)
IAL - Campinas	Elaine Marra de Azevedo Mazon (S)
IPSA	Adriana Fabiana Corrêa (T)
	Maria Aparecida B. Bortolazzo (S)
	Dejanira Franceschi de Angelis (S)
	Miguel Madalena Milinski (S)
	Harold Gordon Fowler (S)
ODEBRECHT Ambiental Limeira	Roberto Souza Basso (S)
	José Gilberto Ribeiro Coelho (S)
PM Ipeúna	Márcio Antonio Gomes Ramos (T)
Rotary Rio Claro	Dejanira de F. de Angelis (S)
SABESP	Luiz Paulo Madureira (T)
SANASA	Rogério Padula Santamaria (T)
SEMAE Piracicaba	Antonio Carlos Ferreira (T)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
	Dejanira Franceschi de Angelis (S)
	Harold Gordon Fowlwr (S)
VISA Santa Gertrudes	Adriana Fabiana Corrêa (T)

Membros ausentes com justificativa
GVE Piracicaba – Ana Carolina Chiavari

Membros ausentes sem justificativa
UNESP- IB: Maria Aparecida Marin Morales (T)

(T) - Titular (S) Suplente (R) Representante

CONVIDADOS

Agência PCJ (Parla)	Andréa P. Bombonatti
Morador de Jundiaí	Massao Okazaki
VISA Cordeirópolis	Vanderlei O. Marangon
	Valmir Sanches

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos representantes por correio eletrônico.

2. Abertura da 59ª Reunião Ordinária: A abertura da reunião foi realizada às 09h45min pela Coordenadora da CT-SAM, Sra. Adriana Fabiana Corrêa, agradecendo a presença de todos os

membros e convidados. Em seguida comentou sobre sua indicação pelo IPSA na Coordenação da Câmara e se alguém discordava. Como o acordo foi unânime, passou-se para o item seguinte da pauta: **Informações;** onde o assunto foi sobre a Minuta de considerações, propostas e premissas elaboradas na 1ª e 2ª, reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Saneamento, Plano de Bacias, Saúde Ambiental, Outorgas e Licenças e Difusão Tecnológica. A Coordenadora também informou sobre as ações do GT-Estiagem 2015, os vídeos de educomunicação disponíveis no site da Agência de Bacias PCJ. Terminando os informes, a Coordenadora apresentou a Profª Sâmia T. Torsiniello, da UNESP – Rio Claro, agradecendo sua presença e colaboração na exposição da palestra: “Qualidade da água em relação ao tratamento terciário”. Trata-se de um estudo sobre a importância regional da Bacia do Rio Corumbataí para o abastecimento de água em qualidade e quantidade e o elevado nível de desmatamento que atualmente é um dos fatores que mais afetam a sua biodiversidade, a disponibilidade hídrica ocasionando destruição dos corpos de água, especialmente das nascentes. O rio Corumbataí abastece os municípios de Rio Claro, com 70% da água para consumo humano e Piracicaba com 100%. Existe um comprometimento da qualidade da água devido ao excesso de lançamento de efluentes domésticos e industriais, sendo que na época da estiagem há uma menor vazão e maior concentração dos poluentes. No período das chuvas, há maior diluição dos poluentes, porém devido à falta de mata ciliar há um carreamento muito grande dos solos e dos insumos agrícolas para dentro dos rios. O grande crescimento dos municípios, inclusive de Rio Claro leva a uma reflexão sobre a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos para o abastecimento público, além da urbanização, industrialização e agricultura. Ao término da apresentação, a palestrante teceu comentários sobre o assunto, ressaltando que já teriam sido aprovados, inclusive pelo PCJ, alguns projetos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Ata da 59ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 04/08/2015 – 9h00min

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – AUDITÓRIO II DA EDUCAÇÃO – RIO CLARO - SP

sobre a recuperação dos recursos hídricos na região, mas devido a problemas pessoais não foram encaminhados. Citou que atualmente está com um projeto no Horto Florestal de Rio Claro, na parte florística. Em seguida, colocou-se à disposição para perguntas e dúvidas. Houve várias questões e colocações dos presentes, acalorando a discussão sobre o referido tema. Um dos comentários foi da Profª Dejanira enfatizando que atualmente os índices de DBO/DQO não são mais suficientes para avaliar a qualidade das águas e que deveria ser pensado em metodologias mais eficientes e baratas, como os ensaios biológicos, por exemplo, para definição de outros parâmetros, como fármacos em geral (antibióticos e outros) e condutividade, que é o nível de salinidade na água, e que não é considerada. Além disso, acredita que com todos os recursos que o PCJ já investiu nas Bacias, a qualidade das águas deveria estar muito melhor. Terminada a exposição da Profª Sâmia, a Coordenadora solicitou **inversão de Pauta**, para o assunto “**Considerações sobre o sistema adutor do projeto das barragens de Pedreira e Duas Pontes.- explanação:** realizada pelo Coordenador Adjunto Miguel Madalena Milinski. Após a apresentação foi acordado que seria encaminhado as considerações da CT-SAM, julgou importantes, como segue: **Ref.:** Inquérito Civil nº 14.1097.00000012/2015-4- Ofício nº 164/,2015 – GAEMA/PCJ –Campinas. “**Considerações sobre a preocupação frente à futura instalação das barragens de Pedreira e Duas Pontes e o sistema adutor**”. A Câmara Técnica de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ- CT-SAM, em sua 59ª Reunião ordinária ponderou sobre a solicitação do Ministério Público – GAEMA PCJ Campinas – sobre a preocupação frente à futura instalação das barragens de Pedreira e Duas Pontes, o sistema adutor previsto e ainda não projetado efetivamente, a partir dessas duas barragens. Seguem considerações que a CT-SAM julga importante na discussão dos temas: as barragens são consideradas importantes para a regularização das bacias dos rios Jaguari e Camanducaia e para manter um

maior volume na estiagem principalmente, nos municípios localizados à jusante da obra; na perspectiva da existência de um sistema adutor a partir desses reservatórios, o que implica inclusive em reversão de bacias dos rios Atibaia, Jundiá e Capivari. A avaliação de impactos deve considerar todo o sistema: barramentos, sistema adutor e reversão de bacias hidrográficas. A discussão sobre a reversão dessas bacias tem grande importância para a manutenção da qualidade das águas dos rios a serem represados, que atualmente recebem pouco benefício das vazões liberadas pelo Sistema Cantareira. O aproveitamento dessas águas para o abastecimento e o incentivo ao crescimento de polos urbanos de forma indiscriminada poderá não se reverter em benefício à população situada à jusante dos reservatórios e à vida aquática. Os municípios situados à montante das barragens deverão se comprometer a coletar e tratar o esgoto sanitário, investindo em tratamento terciário, voltado à retirada de nutrientes, com a finalidade de manter padrões de qualidade de água para o abastecimento público nesses reservatórios; a delimitação da faixa das áreas de preservação permanente (APPs) dos reservatórios, realizada no momento do licenciamento é importante para preservar o novo manancial; a restauração ecológica das APPs instituídas; a criação de programas de gestão nas bacias de drenagem dos reservatórios voltados à redução da erosão dos solos e da prevenção da geração de cargas difusas de poluição. Em função do histórico de nossa Câmara Técnica e já conhecendo os problemas que podem decorrer de alterações de regime hidrológico de lótico para lântico de cursos de água com elevado grau de eutrofização, o que favorecerá o crescimento de macrófitas em abundância e florações de cianobactérias potencialmente tóxicas, inviabilizando qualquer uso da água, seja para abastecimento público e demais usos múltiplos, a exemplo do Reservatório Salto Grande. É de suma importância que sejam considerados os seguintes aspectos nos projetos a serem aprovados: medidas de controle de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Ata da 59ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 04/08/2015 – 9h00min

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – AUDITÓRIO II DA EDUCAÇÃO – RIO CLARO - SP

eutrofização, especialmente de nitrogênio e fósforo para os cursos de água formadores, não só contemplando o tratamento terciário dos efluentes domésticos gerados pelos municípios, mas também os lançamentos indevidos em sistemas de drenagem urbana, contenção de fontes difusas agrícolas principalmente com a restauração das APPs, entre outras; implementação de medidas preventivas internas e externas para o controle de florações de cianobactérias potencialmente tóxicas com prioridade para a morfometria dos reservatórios que não favoreçam a formação de braços e enseadas, com baixa circulação de águas; avaliação do regime de operação do reservatório que possa influenciar nas condições hidrodinâmicas, como diminuição do tempo de residência e aumento do fluxo da água e já prevendo a adoção de medidas corretivas como uso de aeradores ou misturas artificiais da coluna d'água e utilização de barreiras mecânicas para isolamento das “escumas” tóxicas, caso avancem para áreas de captação; realização de estudos e inserção de monitoramento sistemático nos reservatórios voltados para o abastecimento público das cianobactérias e cianotoxinas para elaboração de planos de ação que contemplem, no mínimo: 1- avaliação das ocorrências no espaço e no tempo das florações; 2- sua toxicidade; 3- medidas de controle a serem implementadas para diminuir o número de células e toxinas sem efeitos negativos ao ambiente; 4- comunicação dos riscos à população e 5- treinamento das empresas de abastecimento de água para o enfrentamento desta problemática, quando de sua ocorrência pois, por mais que se garanta que as medidas preventivas serão tomadas, não é possível prever que florações não possam ocorrer dadas as condições de trofia, morfometria e tempo de residência dos reservatórios. Cabe considerar que os reservatórios do Sistema Cantareira sofrem reservação em sua porção de cabeceiras, com rios formadores Classe 1 e tanto os reservatórios a serem propostos quanto outros em construção pelos municípios para reforço de seus sistemas de

abastecimento, muitas vezes ocorrem em porções de curso médio de rios com qualidade da água já comprometida. Seria de fundamental importância o conhecimento dos projetos técnicos propostos a serem avaliados em seus principais aspectos pelas Câmaras Técnicas. Profª Samia, comenta ainda que o PCJ em parceria com a Secretaria da Agricultura, investiu há algum tempo atrás em recuperação de mata ciliar. Cita como exemplo que um agricultor realizou a reposição vegetal de uma área e depois de um ano foi constatado o aumento de vazão de um poço na sua propriedade. Lembra ainda que em 1992, já alertava para a situação atual de escassez de água devido ao desmatamento desenfreado. Lúcia, da CETESB, comenta sobre uma nova legislação estadual referente à recuperação da vegetação que o proprietário tinha obrigação de recuperar por um período entre 3 e 5 anos e que atualmente segundo a nova lei, são 20 anos. A Profª Sâmia fala da questão da monocultura na nossa região – cana, e salienta que a aplicação de vinhaça contamina o solo, degradando depois de alguns anos. Comenta também que no Rio Corumbataí existe somente uma pequena faixa de mata ciliar, o restante está coberto por cana e que em alguns trechos do rio, o nível de água está tão baixo que nem barco consegue navegar. A Sra. Lúcia, da CETESB, toma a palavra ressaltando que as barragens serão muito úteis para algumas captações, inclusive na época de estiagem poderá regular a vazão do Rio Piracicaba. Sobre as adutoras que serão construídas, comenta que de acordo com o Ministério Público, não fazem parte do licenciamento, porém já estariam planejadas. A Profª Sâmia demonstra sua preocupação em relação às alterações ambientais que esta construção pode causar, cita como exemplo, os impactos que aconteceram no Rio São Francisco em relação ao clima, uso do solo, etc. Além do mais, as empresas contratadas para realizar tais obras, nem sempre tem informações do ambiente como um todo. O ideal seria que se fizesse antes, um estudo ambiental completo e não

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SAM: CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Ata da 59ª Reunião Ordinária da CT-SAM – 04/08/2015 – 9h00min

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – AUDITÓRIO II DA EDUCAÇÃO – RIO CLARO - SP

compartimentado, pois todos os fatores se entrelaçam entre si. Outro ponto importante, se atentar para as construções clandestinas que poderão utilizar o uso do solo de forma irregular. Alguns membros e convidados também foram ouvidos sobre o assunto e após, a Coordenadora enfatizou a necessidade de aprovar a Nova Agenda da CT-SAM para os próximos 2 anos. Após as falas, foram iniciadas **as discussões sobre o Plano de Trabalho da CT-SAM para 2015-2016**, aprovado por aclamação com os seguintes itens: 1) Criação de uma cartilha ou gibi sobre as doenças de veiculação hídrica e para isto foi composto um grupo de trabalho, com os seguintes integrantes: Dejanira Franceschi de Angelis – Rotary Clube de Rio Claro, Raquel Eliana Metzner – SORIDEMA, Ana Carolina Camargo Chiavari – GVE de Piracicaba, Adilson Alecci – GVS de Piracicaba, Antonio Carlos Ferreira – SEMAE, Adriana Fabiana Corrêa – IPSA e Maria Aparecida Benedita Bortolazzo – IPA, com a primeira reunião agendada para o dia 06 de outubro de 2015, às 14h; 2) Estabelecimento de um índice de saúde ambiental para as Bacias PCJ, solicitando um estudo/avaliação de saúde ambiental das Bacias PCJ, usando água de abastecimento público de 2 ou 3 municípios da Bacia que receberam investimentos nas áreas de saneamento, redução de perdas, esgotamento sanitário, verificando com a Agência de Bacias PCJ, financiamento para o projeto. Para isso foi criado um grupo de trabalho contando com os seguintes integrantes: Adriana Fabiana Corrêa – IPSA, Raquel Eliana Metzner – SORIDEMA, Harold Folwer – SORIDEMA, Luiz Paulo – SABESP, Lúcia Vidor de Sousa Reis – CETESB, Dejanira Franceschi de Angelis – Rotary Clube de Rio Claro, Elaine Mara de Azevedo – IAL de Campinas, Rogério Padula Santamaria – SANASA, Adilson Alecci – GVS de Piracicaba, Roberta Souza Basso – Odebrecht de Limeira; 3) Envio de ofícios aos Municípios e Vigilâncias da Bacia PCJ e outras entidades com informe sobre as atribuições da CT-SAM, convidando-os a participar da Câmara Técnica de Saúde Ambiental;

4) Escassez hídrica nas Bacias PCJ – acompanhar a situação dos Municípios e as ações do GT-Estiagem; 5) Reuso da água e seus usos, instituições envolvidas e legislação vigente, assunto que pode ser tratado nos seminários da CTSAM; 6) Acompanhamento da Outorga do Sistema Cantareira; 7) Inclusão das demandas da CT-SAM nos programas de duração continuada – verificar com a Agência de Bacias, Patrícia ou Eduardo Léo; 8) Seminário CT-SAM – pretende-se que o Seminário aconteça em outubro ou início de novembro de 2015 com os seguintes temas propostos (Doenças de Veiculação Hídrica- quais organismos estão causando surtos, quais tem causado mais transtornos em vista de tratamento de água, quais são os desafios para a saúde e o setor de saneamento, cuidados, etc.); Experiência do Programa de Perdas da Odebrecht de Limeira; Tecnologias da SABESP na Bacia – Sr. Luiz Paulo: e-mail luizpm@sabesp.com.br; tratamento de lodo de ETE (verificar com CT-Saneamento). **Encerramento:** A Coordenadora da CT-SAM deu por encerrada a reunião reforçando mais uma vez a importância de representação da CT-SAM no Comitê das Bacias PCJ, pois só assim continuaremos participando das tomadas de decisão tão importantes para toda região.

ADRIANA FABIANA CORRÊA
Coordenadora – CT-SAM

MIGUEL MADALENA MILINSKI
Coordenador Adjunto da CT-SAM

MARIA APARECIDA BENEDITA BORTOLAZZO
Secretária Executiva da CT-SAM